

Os Níveis de Renda dos Assentados da Agricultura Familiar no Mato Grosso do Sul

Catarina Oliveira Guimarães Barcelos*

Carlos Vinícius Santos Reis**

A agricultura familiar, além de impulsionar a economia local e reduzir o número de pobreza, é importante para a segurança alimentar mundial além de proteger a agrobiodiversidade. Atualmente existem mais de 500 mil propriedades familiares no mundo e elas representam quase que a totalidade de explorações agrícolas (98%). A importância de focar nessa modalidade da agricultura é contribuir para o desenvolvimento sustentável a fim de se promover um crescimento mais equitativo e equilibrado. A América do Sul possui a menor média de terras para agricultura familiar, apenas 18%, o que pode indicar a falta de políticas direcionadas a esses agricultores. A Europa e a Ásia, por exemplo, possuem 68% e 85% respectivamente (IYFF, 2013).

No Brasil, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) se deu principalmente graças à agropecuária que no ano de 2013 cresceu 7% (IBGE, 2014). Dentro desse setor, deve-se considerar a participação da Agricultura Familiar nos resultados. Em dez anos houve um crescimento de 52% na renda dessa esfera, que representa 74% da mão de obra do campo, atualmente, e é responsável por 33% do PIB Agropecuário (MDA, 2013).

Para definir agricultura familiar no Brasil, toma-se como parâmetro a lei ordinária nº 11.326/06 em que o gestor familiar não deve possuir área superior a 4 módulos fiscais, utilizar mão de obra da própria família no estabelecimento ou empreendimento, controle junto à família do estabelecimento e ter um mínimo percentual da renda familiar vindo desse empreendimento. Visa à descentralização, sustentabilidade ambiental, social e econômica, equidade na aplicação de políticas e participação dos agricultores familiares na formulação e implementação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais.

Parte dos agricultores familiares mora nos assentamentos rurais. Para Bergamasco (1996) esses assentamentos podem ser entendidos como o reordenamento do manejo da terra através de novas unidades de produção agrícolas criadas por meio de políticas governamentais, ou seja, a fixação do homem à zona rural. Essa redistribuição veio de uma intensa luta dos trabalhadores rurais em busca do direito à terra (FURTADO, 2000). Contudo, a atual política de assentamentos ainda não é satisfatória para desenvolver uma economia sustentável ou deixar as famílias assentadas com um nível de vida decente (ALVARENGA, 2004).

O setor agropecuário, ou familiar, é continuamente notado na sua importância de geração de empregos e na produção de alimentos, principalmente voltado ao autoconsumo, isto é, preocupa-se mais com o lado social do que com o econômico já que não é tão produtivo e não obtém tantas fontes tecnológicas quando comparado à agricultura não-familiar ou

patronal. Contudo, é importante ressaltar que a agricultura familiar é responsável pela diminuição do êxodo rural e contribui ativamente para a geração de riqueza, não somente no setor agropecuário, mas também do país (GUILHOTO, 2005).

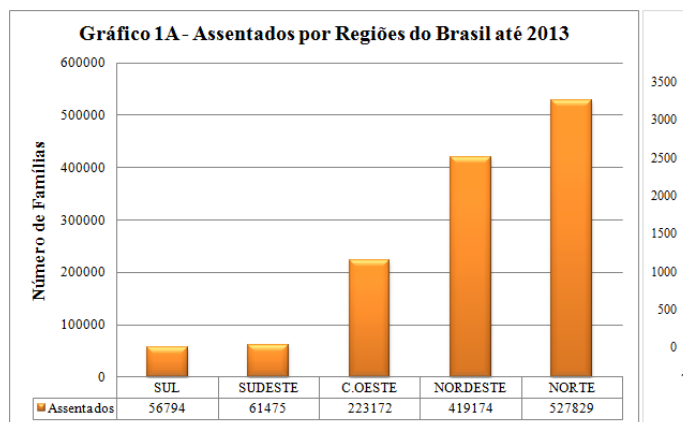
O objetivo geral desta pesquisa é analisar o perfil do gestor familiar dos assentamentos do Mato Grosso do Sul através da sua renda. Tem também como objetivo específico: descrever os fatores de produção provenientes de produção animal e vegetal; relacionar renda de produção com educação formal, associativismo, experiência na agricultura e uso de assistência técnica.

Os dados empíricos usados para este estudo vêm de entrevistas sobre questões socioeconômicas e ambientais em 24 assentamentos agrícolas, onde cada assentamento foi escolhido aleatoriamente de 20 a 30 assentados para a pesquisa, totalizando em 429 assentamentos agrícolas de 18 municípios da região do Mato Grosso do Sul - Brasil, durante o período de 2009-2010, realizados pela Universidade Católica Dom Bosco. Para uma análise mais abrangente da pesquisa, a fim de se comparar a situação do Mato Grosso do Sul com o resto do país, foram usados dados secundários do INCRA a partir de 1994 até 2013.

Em média, o Brasil assenta 64.422 famílias por ano, contudo não há uma padronização nesses números, chegando à máxima de 136.358 (2006) e mínima de 22.021 (2011) famílias. O Gráfico 1A expõe os totais de assentados por regiões brasileiras. Em destaque, as regiões Norte e Nordeste registram o maior número de assentamentos e, atualmente, compõem 41% e 32,5% das famílias, respectivamente. Juntas, essas duas regiões representam 73,5% do total de assentamentos brasileiros. Outro fator determinante foi a concentração de assentamentos em que a região Norte apresenta 136 famílias para cada 1000 km² e a região Nordeste chega a ter quase o dobro desse valor, com 269 famílias.

O Gráfico 1B mostra a evolução no número de assentamentos a partir de 1994 até 2013 por região. É possível observar uma desaceleração na política de reforma agrária no país nos últimos quatro anos. Apesar de o número de assentados estar diminuindo, o processo de êxodo rural ainda é muito forte, o que mostra a existência de sub-ocupações de mão de obra, fazendo com que migrem para as cidades (ABRAMOVAY, 1999). Percebe-se também no gráfico um crescimento de famílias assentadas na região Norte acima da média das outras regiões a partir do ano de 2003 até 2006, chegando, nesse período, a ultrapassar a região Nordeste. Nessa ocasião, a região Norte abrigou metade das famílias assentadas do Brasil.

Gráfico 1 - Agricultores familiares assentados por regiões do Brasil

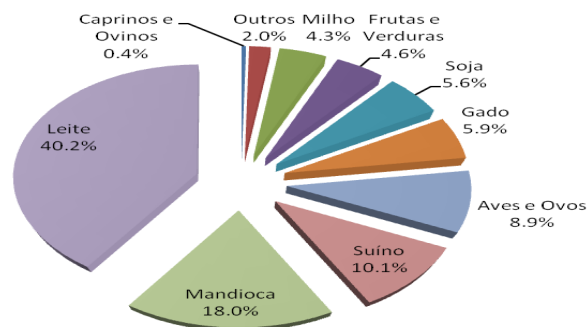


Fonte: INCRA - Banco de Dados, 2014. Elaboração da autora.

Para a análise dos assentamentos do Mato Grosso do Sul, segundo Vilpoux (2014), o estado apresenta uma grande diversidade cultural, e mais de 50% da população assentada nele vieram de outras regiões do país, o que acaba por dificultar a cooperação entre gestores familiares, logo, a rentabilidade da produção. Outro fator que compromete a renda desses trabalhadores é o nível educacional. O Brasil está entre os países latino-americanos com os piores indicadores em matéria de educação rural e nada indica que esse resultado esteja tendo uma mudança significativa (ABRAMOVAY, 1999).

No Gráfico 2, a produção do agricultor familiar do Mato Grosso do Sul está mais concentrada na animal, representando 65,1% de sua renda média. O destaque se dá para a produção de leite e suíno. Na produção vegetal tem maior representatividade na renda de produção a mandioca, soja e hortifrutícolas. Esses dados sul-mato-grossenses não refletem o caso geral brasileiro visto que os quatro módulos fiscais do Mato Grosso do Sul são maiores que a média nacional, o que favorece a implementação da pecuária. Além disso, os produtos de caráter familiar não têm muita articulação com a indústria, logo, os demais gestores familiares tendem preferir o setor agrícola ao pecuário (GUILHOTO, 2005).

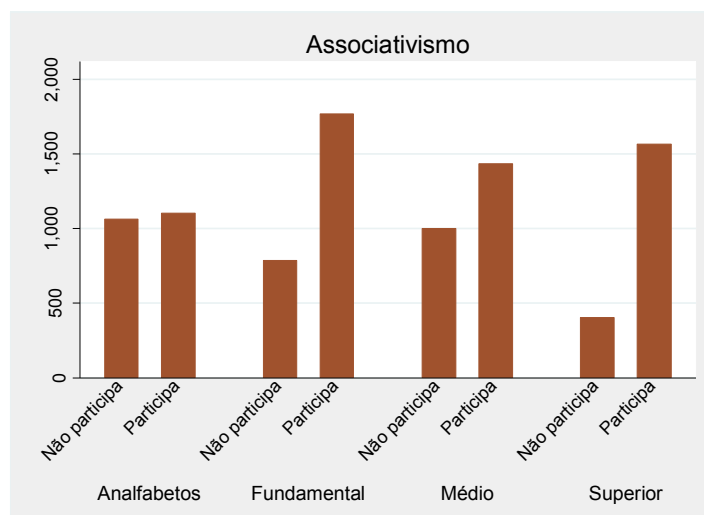
Gráfico 2 - Renda média proveniente de produção animal e vegetal (em %).



O Gráfico 3 demonstra os valores mensais da produção relacionada ao associativismo e ao nível educacional dos gestores de estabelecimentos familiares. Para os gestores com escolaridade formal abaixo do ensino fundamental completo o associativismo não apresenta resultados significativos no rendimento de produção, dado que 84% da amostra pesquisada eram compostas de analfabetos ou alfabetizadas.

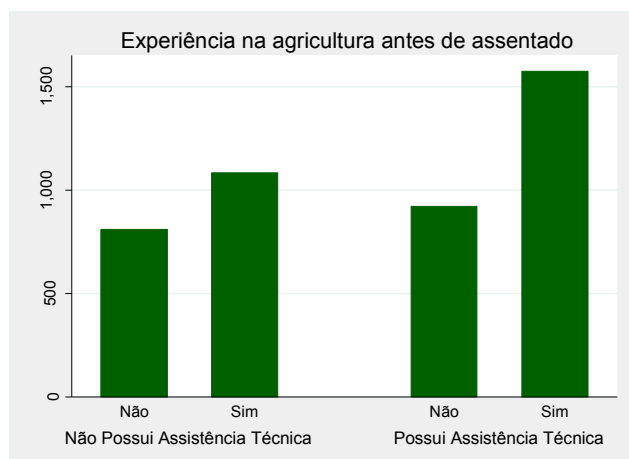
Por outro lado, aqueles que tinham educação igual ou superior ao ensino fundamental completo otimizam suas rendas. Esse resultado evidencia que o investimento em educação formal nesses agricultores deve ser priorizado para que se viabilize o resultado positivo das outras variáveis. Todavia, não há necessidade de ser um alto investimento, basta que a população agrícola tenha ensino fundamental completo para maximizar a produção.

Gráfico 3 - Valores de produção relacionada ao associativismo e educação formal.



O Gráfico 4 mostra que a assistência técnica é outro fator importante para aperfeiçoar a capacitação do gestor familiar. Contudo, a renda média de produção é maior para os gestores que tiveram experiência na agricultura antes de ser assentado. Os resultados dos valores de produção para os agricultores com experiência antes de assentados são potencializados quando recebem assistência técnica pública ou privada, em média 500 reais mensais a mais do que aqueles que não possuem.

Gráfico 4 – Valores da produção relacionada à experiência e assistência técnica.



A educação formal, a assistência técnica e o associativismo apresentaram fatores importantes para aumentar a produtividade dos agricultores familiares do Mato Grosso do Sul além do poder de alterar o ambiente institucional do meio rural em que se consiga eliminar o atraso e o abandono dessa região (ABRAMOVAY, 1999). Além desses dados, há outros fatores que faltaram para serem relacionados à renda, tais como o uso de máquinas, fertilizantes, irrigação, crédito rural e outros. Com as evidências apresentadas nos resultados das estatísticas descritivas, fica demonstrada a necessidade de novas investigações em medir o impacto dos insumos de produção sobre a renda de produção.

Referências

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. v. 28, 1999.

ALVARENGA, M. R. M.; RODRIGUES, F.P. Indicadores socioeconômicos e demográficos de famílias assentadas no Mato Grosso do Sul. **Revista Enfermagem UERJ**. v. 12, p. 286-91, 2004.

BERGAMASCO, S. M., NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1996. 88p.

FURTADO, R., FURTADO, E. **A intervenção participativa dos atores** (INPA) – uma metodologia de capacitação para o desenvolvimento local sustentável. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2000. 180p.

GUILHOTO, J. J. M., ICHIHARA, S. M., SILVEIRA, F. G., AZZONI, C. R. Agricultura Familiar- contribuindo para a riqueza nacional. **Revista Marco Social**, p. 24-29, 2005.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contas Nacionais Trimestrais**: indicadores de volume e valores correntes. 2014. 36p.

IYFF. International Year of Family Farming, 2014. **Conference United Nations General Assembly**. 2013.

MDA, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano safra da agricultura familiar 2013/2014**: transformando vidas. Plantando o futuro. 2013.

VILPOUX, O. F. Agrarian reform and cooperation between settlers in the Midwest of Brazil: An institutional approach. **Land Use Policy**, v. 39, p. 65-77, 2014.

* Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Católica de Brasília – UCB

*** Doutor em Ciências Econômicas pela Universidade Católica de Brasília – UCB